



2014 - UM INQUÉRITO SOBRE A ABSTENÇÃO


 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES
 EDITAL CONTAGEM DE VOTANTES E DOS BOLETINS DE VOTO
 DATA 15/10/2014


 ECON0303471-(8)






PROVÍNCIA NAMPULA DISTRITO/CIDADE MURRUPLA
 LOCALIDADE MURRUPLA LOCAL EPC - MULU



Código da Assembleia de Voto (N.º do Caderno Principal) 03128102
 N.º dos Cadernos Complementares ---

ELEIÇÕES GERAIS E DAS ASSEMBLEIAS PROVINCIAIS

	PR	AR	AP
Número de Votantes	320	320	320
Número de Votos na Urna	320	320	320

Assinatura dos Membros da Mesa e Carimbo

2014 – Um inquérito sobre a abstenção

Editor

Luís de Brito

Autor

Luís de Brito

Projecto “O Eleitor Evanescente: Análise da participação/abstenção eleitoral em Moçambique”,
financiado pelo DFID

Relatório de Investigação nº 5

Maputo 2016



Título

2014 - Um inquérito sobre a abstenção

Editor

Luís de Brito

Copyright © IESE, 2016

ISBN: 978-989-8464-33-0

Número de registo: 8684/RLINLD/2016

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Av. Tomás Nduda 1375 Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 486043

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz

É proibida a reprodução, total ou parcial, desta publicação para fins comerciais.

Maputo, Março 2016



MANJACAZE

Nas eleições de 2014, apenas 48% dos eleitores inscritos a nível nacional exerceu o seu direito de voto. A imagem mostra algumas cidadãs de Manjacaze depois de terem votado.

Introdução

As primeiras eleições presidenciais e legislativas (1994), que marcaram a transição para o multipartidarismo, registaram uma grande participação dos cidadãos. Porém, desde então a participação dos eleitores tem-se reduzido e, a partir das eleições de 2004, os níveis de abstenção têm sido superiores a 50%. Esta situação tem como efeito uma significativa redução da legitimidade da governação.¹

O objectivo do projecto de pesquisa “O Eleitor Evanesciente: Análise da participação/abstenção eleitoral em Moçambique” era, pois, contribuir para um melhor entendimento dos factores e das razões que influenciam a participação dos cidadãos nos actos eleitorais. Para tal, uma das abordagens desenvolvidas consistiu na administração de um questionário a amostras representativas dos cidadãos dos três distritos onde o estudo se desenrolou (Beira, Manjacaze e Murrupula). Este relatório apresenta a primeira sistematização da informação recolhida através desse questionário e procura identificar alguns factores que influenciam a abstenção em Moçambique. Naturalmente, a complexidade do fenómeno abstencionista exige que a interpretação da informação recolhida integre elementos de conhecimento sobre a história política do país, sem os quais os dados do inquérito dificilmente podem ser compreendidos. Esse foi o procedimento adoptado ao longo do relatório, ainda que de forma não explícita. É assim que se justificam muitas das análises e interpretações aqui propostas, que dificilmente poderiam ser sustentadas apenas com referência aos resultados estatísticos. A complexidade inerente à abstenção eleitoral exige, por outro lado, a renúncia a explicações de ordem mecanicista e determinista. Não só a relação entre os agentes sociais (neste caso, os cidadãos eleitores) e a abstenção é uma relação de natureza probabilística, como a abstenção é a resultante de uma série de factores (com direcções e efeitos diferenciados e por vezes contraditórios) que interagem entre si.

O relatório comporta três secções. A primeira secção é dedicada a uma breve apresentação da razão do inquérito e da metodologia usada para a administração do questionário. A segunda secção analisa os resultados obtidos em termos de género, idade e estatuto social. A terceira secção procura apresentar a informação relevante para uma análise dos factores da abstenção, nomeadamente sobre o recenseamento eleitoral, a campanha eleitoral, o nível de conhecimento político e politização, o acesso a serviços públicos básicos e a avaliação do desempenho do governo.

1 Ao contrário do que se observa nas eleições presidenciais, legislativas e de membros das Assembleias Provinciais, que tinham conhecido nos primeiros processos eleitorais uma elevada participação do eleitorado (93% em 1994, e 70% em 1999), nas eleições municipais verifica-se uma tendência inversa: depois de uma participação de 14% nas primeiras eleições (1998) tem-se registado um crescimento da participação dos cidadãos no voto municipal, embora ainda sejam poucos os casos em que esta ultrapassa os 50%. Ainda que esta evolução das eleições municipais possa ser considerada positiva, ela não anula o facto que apenas cerca de metade dos cidadãos assume o seu papel na escolha dos governantes.

SECÇÃO 1

Um inquérito sobre a abstenção

O questionário é o instrumento mais adequado para entender a dimensão social da abstenção, mas as respostas “politicamente correctas” constituem um grande obstáculo.

A abstenção é um fenómeno muito complexo e pode ser estudada de diferentes formas. Até agora, em Moçambique, a maior parte das análises tem sido feita recorrendo aos dados estatísticos dos resultados eleitorais. Excepcionalmente, alguns trabalhos procuraram explorar o assunto através de abordagens qualitativas, usando essencialmente entrevistas como fonte de informação.

O inquérito por questionário, apesar de sofrer fortes limitações de ordem teórica e metodológica, é o único método que permite recolher informação de nível individual susceptível de ser analisada estatisticamente. E, a informação individual é o único meio de caracterizar socialmente a população abstencionista e de identificar as suas razões.

Porquê um inquérito por questionário?

A abstenção é um fenómeno muito complexo, que pode – e deve – ser analisado a diferentes níveis e de diferentes perspectivas.² Ora, quando se pretende entender os factores individuais que contribuem para a abstenção e identificar o perfil dos abstencionistas de forma relativamente precisa, o recurso a um inquérito por questionário é o caminho mais óbvio.

O inquérito por questionário apresenta vantagens e desvantagens, merecendo algumas delas ser aqui resumidamente mencionadas. O inquérito por questionário permite abranger um grande número de inquiridos num curto lapso de tempo, o que possibilita a recolha de uma grande quantidade de informação, que seria impossível obter de outra forma. Para além disso, quando se usam amostras representativas da população, como foi o caso na presente pesquisa, é possível generalizar ao conjunto da população as conclusões obtidas a partir da amostra.

Embora o conjunto das amostras dos três locais seleccionados para a realização do inquérito não constitua uma amostra estatisticamente representativa a nível nacional,³ a sua diversidade e tipicidade (cobrindo áreas rurais e urbanas e abrangendo áreas de forte influência dos três principais partidos, distribuídas pelas três grandes regiões do país) permitem obter resultados muito próximos dos que seriam produzidos por um inquérito a uma amostra representativa da população nacional. Com efeito, a média dos resultados obtidos pelos partidos com representação parlamentar nos três locais estudados (Frelimo 54%, Renamo 31% e Movimento Democrático de Moçambique 14%), apresenta apenas diferenças mínimas em relação aos resultados nacionais, que foram respectivamente de 56%, 33% e 8%. Pode-se, pois, considerar que, em conjunto, a cidade da Beira e os distritos de Manjacaze e Murrupula representam bem a tendência de voto a nível nacional nas eleições de 2014.

Por outro lado, há questões para as quais apenas uma informação estatisticamente significativa permite sustentar uma conclusão. É esse o caso, por exemplo, se quisermos saber com segurança se a distância dos eleitores em relação aos locais de votação é um factor que contribui de forma significativa para a abstenção. Isso só é possível se dispusermos de uma grande quantidade de informação susceptível de análise estatística.

Os questionários têm também inconvenientes, problemas e desvantagens que não devemos ignorar. Por várias razões, nem sempre a qualidade da informação é a melhor, pois os inquiridos podem dar respostas que não correspondem à verdade. Isto é especialmente relevante no contexto moçambicano, quando se trata de questões sensíveis do ponto de vista político. É assim que, não obstante todo o esforço e medidas tomadas para reduzir esse risco, tivemos um grande número de respostas “politicamente correctas”,⁴ que tornam a análise dos dados mais difícil e, logicamente, introduzem um certo grau de incerteza em relação às conclusões.

Em muitos casos, a suspeita de respostas “politicamente correctas” é difícil de confirmar, mas em alguns ela é evidente. Analisando os resultados do inquérito no que se refere à abstenção, podemos verificar que, em cada um dos três locais de pesquisa, teria havido apenas 20% de abstencionistas. Ora, nós sabemos dos resultados oficiais que a abstenção foi 69% em Murrupula, 44% na Beira e

2 A pesquisa incluiu não só o recurso ao inquérito por questionário, mas igualmente dois períodos de trabalho de campo dedicados à realização de entrevistas individuais e colectivas com cidadãos eleitores, notáveis locais e funcionários, bem como à recolha de histórias de vida de abstencionistas.

3 As amostras eram estatisticamente representativas da população adulta de cada um dos distritos estudados.

4 Designamos por “politicamente correctas” aquelas respostas em que o inquirido diz aquilo que pensa que o inquiridor está à espera de ouvir, ou aquilo que é conforme ao discurso politicamente dominante do poder, e não aquilo que efectivamente pensa, ou fez.

42% em Manjacaze, o que é bem diferente dos 20% declarados. Houve, pois, uma percentagem de abstencionistas “clandestinos” (cerca de 20% na Beira e em Manjacaze e perto de 50% em Murrupula) que não reconheceu não ter participado no voto.

Embora estes resultados do inquérito coloquem alguns problemas na interpretação dos resultados, eles representam um grande progresso em relação ao último inquérito por questionário que tentou recolher dados sobre os abstencionistas (das eleições de 2004) e onde apenas 5% dos inquiridos reconheceu não ter votado, numa situação em que a abstenção se situou perto dos 60%.⁵

Uma diferença significativa em relação ao inquérito sobre as eleições de 2004 é que os resultados de 2015 permitem uma análise básica da população abstencionista e a identificação de algumas tendências, na medida em que o número total de inquiridos reconhecidamente abstencionistas foi de cerca 600, igualmente distribuídos pelos três locais onde se realizou a pesquisa.

5 Trata-se de um inquérito nacional realizado após as eleições de 2004 e cujos resultados foram apresentados em: Brito, L., Pereira, J., Rosário, D. & Manuel, S. (2006). *Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004*. Maputo: EISA.

Metodologia

O inquérito por questionário foi incluído na metodologia geral da pesquisa, que contou também com uma abordagem com recurso a métodos qualitativos, como foi anteriormente referido. O objectivo da utilização deste instrumento de pesquisa era recolher dados individuais que permitissem, por um lado, uma análise quantitativa dos factores de abstenção e, por outro lado, a definição do perfil dos abstencionistas. Sendo impossível determinar *a priori* quem eram os abstencionistas, o questionário foi concebido para ser aplicado à população geral de adultos maiores de 18 anos.

Desenho do questionário

A equipa de pesquisa desenvolveu e testou um questionário específico para o projecto. Dado o interesse particular na temática da abstenção, o questionário procurou cobrir os aspectos essenciais da abordagem da abstenção na perspectiva de Sinnott,⁶ usada como referência central no desenvolvimento do projecto no seu conjunto. Foi dada uma atenção especial à formulação e linguagem usada nas perguntas, por forma a possibilitar a obtenção do máximo de informação e o mais rigorosa possível. Finalmente, foi produzido um manual para a formação dos inquiridores.

Definição das amostras e administração do questionário

Com o objectivo de se obterem dados suficientemente representativos da população, foi definida uma amostra de base para cada local de mil cidadãos adultos a inquirir. O processo amostral obedeceu ao estabelecimento prévio do número de questionários a administrar em cada Posto Administrativo (em função da sua percentagem da população distrital). Os números de questionários a aplicar apurados para cada Posto Administrativo foram depois distribuídos pelos locais de votação (na proporção do número de eleitores registados em cada local). De forma a respeitar a composição da população em termos de género, cada inquiridor tinha como instrução alternar a administração do questionário entre homens e mulheres.

Nos casos em que os inquiridos tivessem dificuldades em perceber, ou responder, em português, os inquiridores deviam usar a língua local.

As equipas de inquiridores integraram, para além dos membros da equipa de pesquisa do IESE, professores e estudantes da Universidade Católica na Beira e em Nampula e da Universidade Pedagógica em Xai-Xai.

6 Sinnott, R. (2003). "Electoral participation/abstention: a framework for research and policy development". (<http://www.ucd.ie/dempart/workingpapers/framework.pdf>).

SECÇÃO 2

Quem são os abstencionistas?

O primeiro passo para entender a abstenção eleitoral é conhecer quem são os abstencionistas.

Todos os estudos sobre a abstenção eleitoral mostram que esta não se distribui aleatoriamente no seio do eleitorado e que há determinados grupos sociais cujos membros apresentam uma maior probabilidade de não exercerem o seu direito de voto. Assim, o primeiro passo para uma compreensão mais aprofundada da abstenção é precisamente definir o perfil dos abstencionistas. Para isso, tentámos dar resposta a algumas questões de base:

- a) Em que medida os homens e as mulheres apresentam um comportamento diferente em termos de participação eleitoral?
- b) Existe uma relação entre a idade e a abstenção?
- c) Que relação existe entre o estatuto socio-profissional e a abstenção?

Nesta secção, são apresentados os resultados que permitem responder às questões acima enunciadas.

Género e abstenção

Uma das primeiras constatações quando se analisam os resultados gerais do inquérito é que, como se pode ver no Gráfico 1, existe uma maior abstenção entre as mulheres (22%) do que entre os homens (18%).

Esta constatação está em linha com a maior parte dos estudos sobre a abstenção, que indicam uma tendência para uma maior prevalência do comportamento abstencionista no seio das mulheres. No entanto, uma análise dos dados de cada um dos locais mostra situações diferentes em cada um.

Assim, na cidade da Beira, a diferença entre o nível de abstenção das mulheres (21%) e dos homens (20%) é praticamente nula, com uma ligeira e insignificativa diferença para uma maior abstenção entre as mulheres (Gráfico 2). Provavelmente, o factor “urbano” contribui para um comportamento menos distinto entre homens e mulheres.

Gráfico 1: Sexo e abstenção

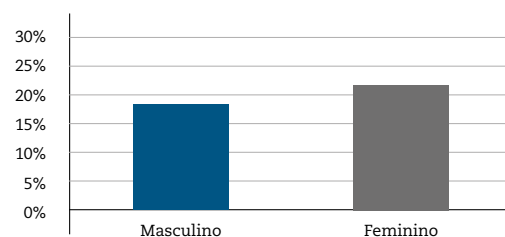


Gráfico 2: Sexo e abstenção, Beira

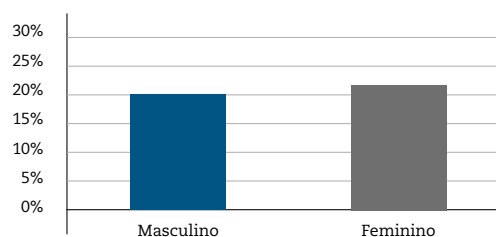


Gráfico 3: Sexo e abstenção, Manjacaze

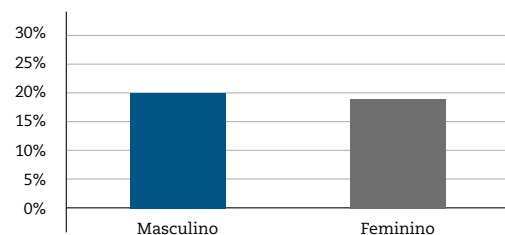
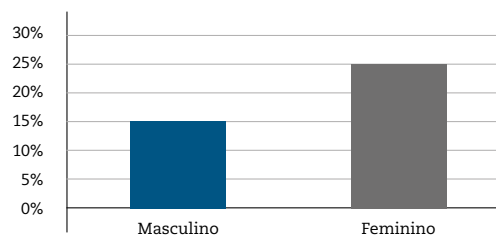


Gráfico 4: Sexo e abstenção, Murrupula



No distrito de Manjacaze, a diferença entre a abstenção feminina (19%) e a abstenção masculina (20%) também não é significativa e apresenta mesmo a particularidade de ser superior no caso dos homens (Gráfico 3). Uma explicação possível para esta situação é que ela pode reflectir o efeito da importante migração masculina (principalmente para a África do Sul) que caracteriza a região Sul do país: muitos homens presentes no momento do recenseamento eleitoral estariam ausentes no momento da votação. Uma outra hipótese, também provável, é que as mulheres, pelo seu estatuto subordinado na sociedade local, sejam mais reactivas que os homens às pressões e ao forte controlo exercido pelo partido Frelimo em toda a província de Gaza.⁷

⁷ Sobre os mecanismos de controlo exercidos na província de Gaza pelos membros do partido Frelimo e pelos líderes comunitários e outros funcionários e autoridades locais, ver Chaimite, E. & Forquilha, S. (2015). *Afinal nem todos votam em Manjacaze!* Maputo: IESE.

Já no caso do distrito de Murrupula (Gráfico 4), o contraste é evidente: enquanto a abstenção masculina é de 15%, a feminina atinge os 25%. Estamos aqui perante uma situação que, provavelmente, reflecte de forma mais aproximada a realidade na maior parte do território nacional.

Embora os dados confirmem que em Moçambique se observa o padrão clássico de uma abstenção maior no seio da população feminina, devemos ter presente que o efeito da dominação que as mulheres sofrem em quase todas as sociedades (embora em grau variável) pode ter direcções contrárias no que diz respeito à abstenção. Com efeito, se, em geral, a sua subordinação social e maior distância em relação à esfera pública e à política resultam numa maior abstenção, essa mesma subordinação, em casos de forte controlo social e político, como em Manjacaze, pode resultar numa participação no voto superior à dos homens.

Idade e abstenção

Os estudos têm mostrado que um dos factores sociais condicionantes da abstenção é a idade. Moçambique não é excepção e, como se pode ver no Gráfico 5, existe uma clara tendência para a diminuição da taxa de abstenção à medida que a idade avança. Apenas o grupo etário dos mais velhos (55 anos e mais) apresenta uma tendência para a subida dessa taxa, mas sem chegar a atingir os valores das categorias etárias mais jovens.

Gráfico 5: Idade e abstenção

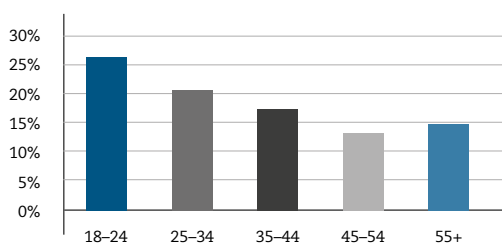


Gráfico 6: Idade e abstenção, Beira

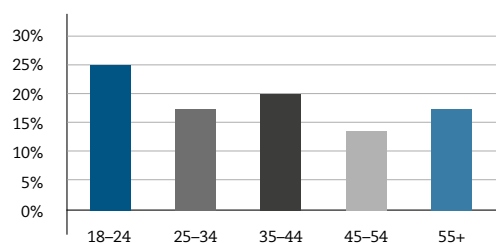


Gráfico 7: Idade e abstenção, Manjacaze

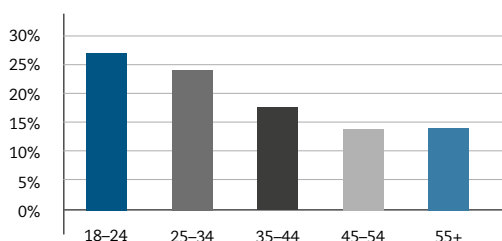
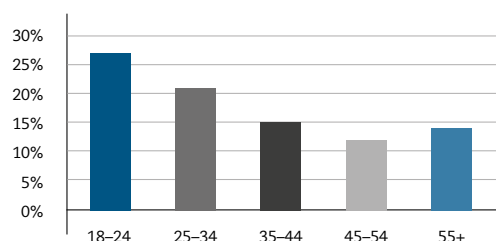


Gráfico 8: Idade e abstenção, Murrupula



O caso da Beira (Gráfico 6) apresenta características distintas da tendência geral. Se exceptuarmos a primeira classe etária (18 a 24 anos) que apresenta um comportamento semelhante ao que é observado em geral e nos outros dois locais da pesquisa, verificamos que há uma tendência para um maior equilíbrio da taxa de abstenção nos restantes grupos etários. Ao mesmo tempo, regista-se uma ruptura na tendência geral observada, no grupo etário dos 35 aos 44 anos, que apresenta uma taxa de abstenção mais elevada que a dos outros grupos etários vizinhos. A informação disponível não permite saber se estamos perante um “acidente estatístico”, ou se haverá razões específicas para essa diferença de comportamento.

O distrito de Manjacaze (Gráfico 7) apresenta um padrão que segue a tendência geral, sendo apenas de notar a importância da abstenção também no grupo etário dos 25 aos 34 anos.

Em Murrupula, o padrão de distribuição da taxa de abstenção pelas diferentes classes de idade corresponde exactamente aos valores registados em termos gerais (Gráfico 8).

Estatuto social e abstenção

Nesta secção, usamos como indicadores do estatuto social o nível de educação e o tipo de ocupação e analisamos os respectivos dados separadamente.

O nível de educação

O nível de educação tem habitualmente uma influência no comparecimento às urnas. Efectivamente, essa é a tendência que os resultados do inquérito mostram a nível geral, como se pode ver no Gráfico 9: quanto maior é o nível de escolaridade, menor é a abstenção. Assim, os inquiridos que não tinham nenhum grau de educação formal apresentaram uma taxa de abstenção de 22%, que baixa para 20% quando se trata de inquiridos tendo completado a educação primária e para 18% no caso dos que têm educação secundária ou superior.

Curiosamente, cada um dos locais estudados apresenta um padrão diferente.

No caso da Beira (Gráfico 10), regista-se uma nítida diferença entre cada um dos grupos. Assim, a taxa de abstenção do grupo sem educação formal é de 31%, baixando para 25% para os que completaram o grau primário do ensino e 17% para os que têm nível secundário ou superior.

Gráfico 9: Escolaridade e abstenção

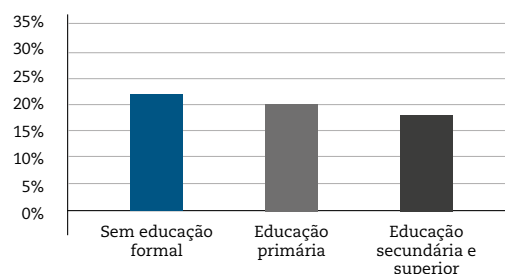


Gráfico 10: Escolaridade e abstenção, Beira

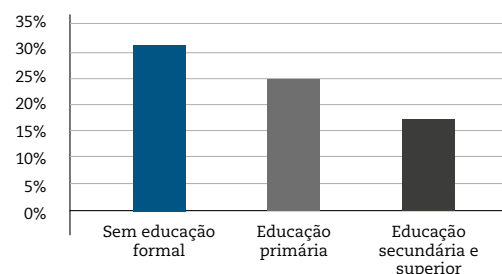


Gráfico 11: Escolaridade e abstenção, Manjacaze

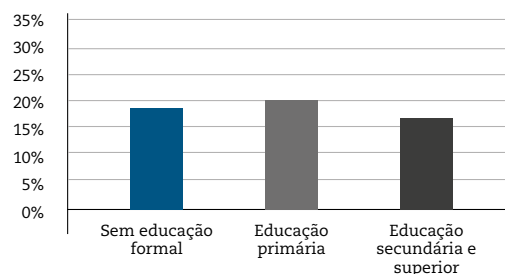
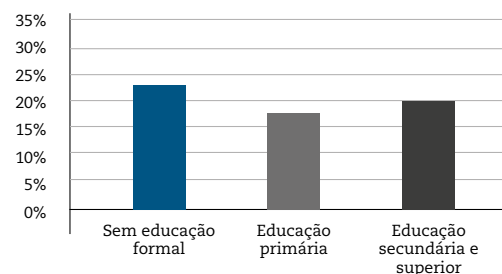


Gráfico 12: Escolaridade e abstenção, Murrupula



Como se pode ver no Gráfico 11, em Manjacaze, a situação é diferente. Aqui, o grupo que apresenta a maior taxa de abstenção é o dos que completaram a educação primária (20%), seguido do grupo que não tem nenhum grau formal de educação (19%), tendo aqueles que dispõem de formação secundária ou superior uma taxa de abstenção igual à observada na Beira (17%).

2

A menor taxa de abstenção registada em Manjacaze para o grupo menos educado pode ser explicada pela mesma hipótese lógica já proposta atrás para o caso das mulheres: tal como estas - e frequentemente há uma coincidência - os grupos mais dominados, menos educados, são mais vulneráveis à pressão e ao controlo políticos exercidos nesta região do país.

Já no caso de Murrupula (Gráfico 12), verificamos a particularidade de se registar, para os que têm os níveis mais altos de educação, uma taxa de abstenção (20%) superior à do grupo que apenas completou a educação primária (18%), embora continue a ser inferior à taxa registada para os que não têm educação formal (23%).

A explicação mais provável deste resultado é que ele decorre da margem de erro estatística associada a cálculos sobre efectivos muito reduzidos. Com efeito, do total de 628 inquiridos (nos três locais) que se declararam abstencionistas, 186 tinham educação secundária ou superior, sendo 115 da Beira e apenas 34 e 37 de Manjacaze e Murrupula, respectivamente.

A actividade ou ocupação profissional

Em termos de ocupação profissional, os resultados do inquérito revelam uma grande coerência com a principal conclusão a que a pesquisa qualitativa nos tinha conduzido: que a marginalização social, económica e política, que se traduz e, ao mesmo tempo, resulta da distância em relação ao Estado e ao acesso a serviços públicos é um poderoso factor de abstenção.

O único grupo ocupacional que apresenta um comportamento tendencialmente mais diversificado é o dos estudantes. Uma hipótese de explicação sobre a particularidade da variação no comportamento dos estudantes é que este grupo, relativamente bem informado e integrado socialmente, é bastante sensível aos efeitos de contexto local.

Como se pode ver no Gráfico 13, os dados globais mostram que a abstenção é maior entre os trabalhadores informais e desempregados (24%), seguindo-se depois os estudantes, com 21%, os camponeses e agricultores, com 19% e, finalmente, os que menos se abstêm, os empresários e trabalhadores assalariados, com 13%. O grupo “outros” (cuja ocupação não foi indicada no questionário, ou que não foi possível incluir em nenhuma das categorias anteriores) não tem nenhuma relevância estatística e apenas representa uma dezena de indivíduos, do total de 628 abstencionistas inquiridos.

Gráfico 13: Ocupação e abstenção

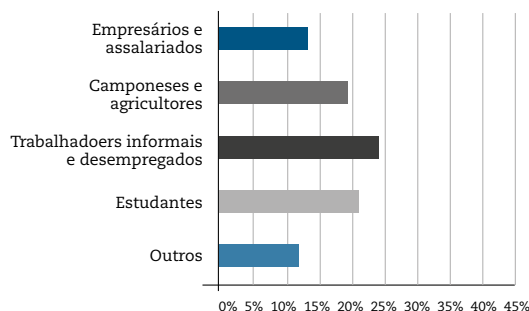
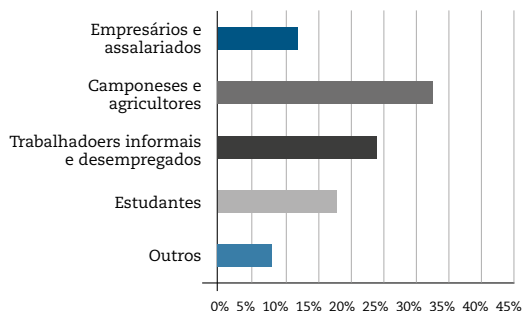


Gráfico 14: Ocupação e abstenção, Beira



O Gráfico 14 mostra que na Beira, se excluirmos o grupo “outros”, apenas 12% dos empresários e trabalhadores assalariados se abstêm. Em seguida temos os estudantes, com uma taxa de abstenção de 18%, seguidos dos desempregados e trabalhadores informais, com uma taxa de abstenção de 24% e dos camponeses e agricultores, com uma taxa de abstenção de 32%.

Esta distribuição não está em contradição com a hipótese explicativa desenvolvida acima. Na verdade, o valor elevado observado em relação aos camponeses e agricultores tem uma explicação relativamente evidente. A Beira é um espaço essencialmente urbano, onde há muito poucos camponeses e agricultores, o que resulta num número estatisticamente insignificante de abstencionistas nesta categoria (apenas 19 indivíduos). Daí que o valor percentual encontrado para os camponeses e agricultores não tenha um grande significado neste contexto.

2

Em Manjacaze (Gráfico 15), a categoria que apresenta a maior taxa de abstenção são os estudantes (29%). Seguem-se em ordem decrescente de importância os trabalhadores informais e desempregados (25%), os camponeses e agricultores (18%) e, por fim, os empresários e trabalhadores assalariados (15%). Também aqui o padrão não se desvia fundamentalmente do que seria esperado, sendo apenas de salientar a visibilidade de dois grandes conjuntos. De um lado, os estudantes, os desempregados e os trabalhadores do sector informal, com uma média de abstenção de 27%, e, de outro, os empresários e trabalhadores assalariados em conjunto com os camponeses e agricultores, com uma média de abstenção de 17%. Podemos assumir que esta distribuição tem um fundamento lógico e que ela exprime, provavelmente, uma forma de contestação ao partido no poder por parte dos grupos mais jovens e educados e, por outro lado, daqueles que têm menos perspectivas de alcançar uma situação económica estável. Devemos ter em conta que, por razões históricas, nesta região, a opção da abstenção é mais fácil que a opção de votar em favor de um partido da oposição, especialmente da Renamo.

Gráfico 15: Ocupação e abstenção, Manjacaze

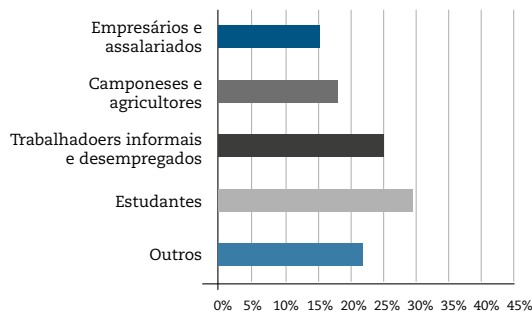
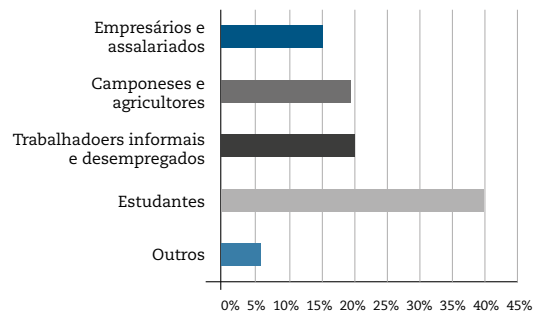


Gráfico 16: Ocupação e abstenção, Murrupula



Para o caso de Murrupula (Gráfico 16), importa referir que as percentagens apuradas são globalmente insignificantes do ponto de vista estatístico, na medida em que a esmagadora maioria dos inquiridos abstencionistas (declarados) pertencem à categoria dos camponeses e agricultores. Os efectivos nas restantes categorias (de um mínimo de um até 1 máximo de 18) são muito baixos para permitir qualquer conclusão. Não obstante, é de notar que, apesar desta grande limitação, o grupo composto pelos empresários e trabalhadores assalariados regista uma taxa de abstenção menor que a das restantes categorias (camponeses e agricultores, trabalhadores informais e desempregados e estudantes).

SECÇÃO 3

Os factores da abstenção

A insatisfação com o desempenho do governo é um dos principais factores de abstenção.

Esta secção, dedicada aos factores da abstenção, cobre uma vasta lista de assuntos que integravam o questionário administrado na Beira, em Manjacaze e em Murrupula.

A particularidade da situação socio-económica de Moçambique faz com que uma das dimensões que devem ser tomadas em consideração na análise da abstenção é a do acesso aos serviços públicos básicos (educação, saúde e água). Para além disso, o nível de informação política e de politização dos cidadãos também se reflecte na abstenção, bem como na avaliação que eles fazem do desempenho do governo.

Resenceamento eleitoral, campanha e voto

O Gráfico 17 parece indicar que a avaliação sobre a qualidade do recenseamento eleitoral tem algum impacto sobre a abstenção.

Os dados mostram que tal parece ser o caso na Beira (Gráfico 18). Efectivamente, aqui a abstenção é menor entre os inquiridos que consideram que o recenseamento foi feito sem problemas (17%) e depois vai crescendo com os que consideram que houve alguns problemas (24%), sendo o máximo atingido pelos que declararam ter havido muitos problemas (26%).

Gráfico 17: Recenseamento eleitoral

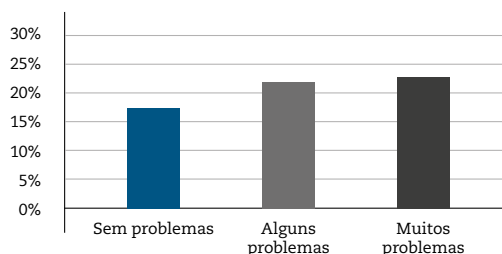


Gráfico 18: Recenseamento eleitoral, Beira

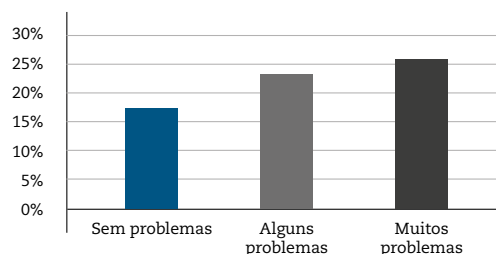


Gráfico 19: Recenseamento eleitoral, Manjacaze

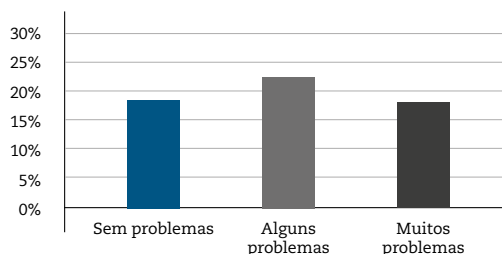
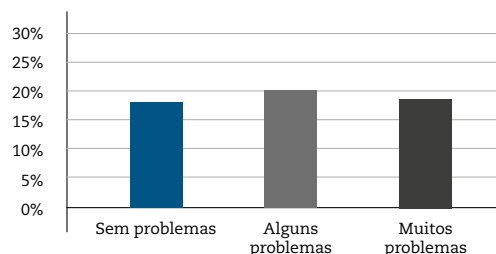


Gráfico 20: Recenseamento eleitoral, Murrupula



No entanto, os dados de Manjacaze (Gráfico 19) e de Murrupula (Gráfico 20) indicam que para estes casos não se pode aplicar a mesma leitura.

Nos dois casos observamos um mesmo padrão: o grupo que apresenta a taxa de abstenção mais elevada é aquele que considera ter havido alguns problemas; ao contrário, tanto os que disseram que não houve problemas, como os que apontaram muitos problemas ao recenseamento eleitoral, apresentam taxas de abstenção inferiores e muito semelhantes.

Uma das hipóteses do estudo era que o factor distância deveria ter um impacto na abstenção dos eleitores.

Efectivamente, o Gráfico 21 confirma que houve mais abstencionistas entre os que declararam que a mesa de voto se situava a mais de uma hora de caminho, que entre aqueles para quem a distância até à mesa de voto seria inferior a uma hora.

Na cidade da Beira os resultados mostram que a distância em relação aos locais de votação não é um factor de abstenção (Gráfico 22). Não só o número de inquiridos que declarou estar a uma distância superior a uma hora da mesa de voto foi muito reduzido (apenas 14 indivíduos), como os que declararam não se diferenciam dos restantes em termos de participação no voto.

Gráfico 21: Distância da mesa e abstenção

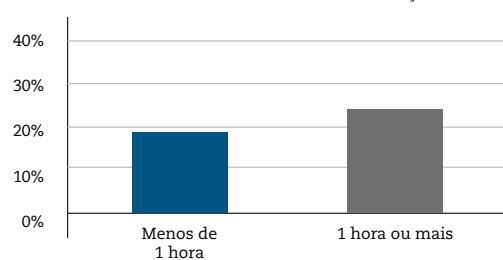


Gráfico 22: Distância da mesa e abstenção, Beira

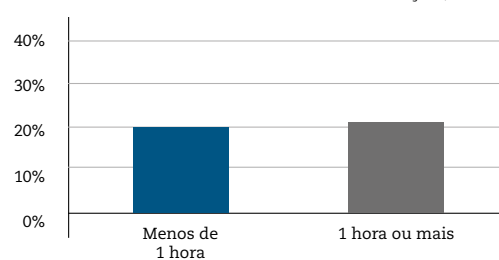


Gráfico 23: Distância da mesa e abstenção, Manjacaze

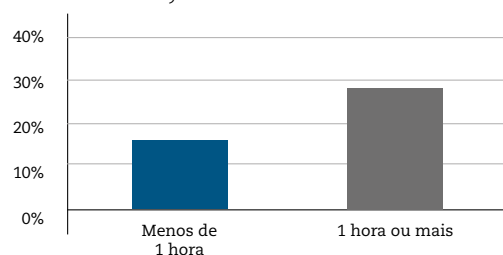
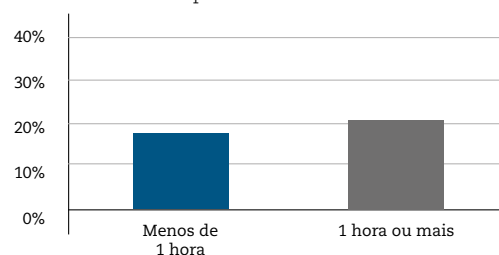


Gráfico 24: Distância da mesa e abstenção, Murrupula



Já no caso de Manjacaze e Murrupula, distritos com um grande território rural e um povoamento disperso, a tendência é diferente (Gráficos 23 e 24, respectivamente). Nos dois casos os dados mostram uma maior abstenção entre os inquiridos que declararam viver a mais de uma hora de caminho para a mesa de votação. A situação é particularmente notória em Manjacaze, onde o facto de haver uma menor densidade populacional agrava o problema das distâncias para os locais de votação.

Uma outra dimensão que o inquérito procurou investigar foi se haveria, ou não, uma relação entre o trabalho de campanha eleitoral dos partidos e a abstenção. Com efeito, seria de esperar que o trabalho de mobilização através de actividades de campanha eleitoral dos partidos tivesse como efeito uma redução da abstenção.

Os resultados apresentados nos gráficos (25 a 28) parecem indicar precisamente uma relação inversa, pois há menor taxa de abstenção entre os inquiridos que disseram não ter havido campanha eleitoral na sua zona. Na verdade, apenas 3% dos inquiridos na Beira, 6% em Murrupula e 9% em Manjacaze disseram que nenhum partido tinha feito campanha na sua área.

Gráfico 25: Campanha e abstenção

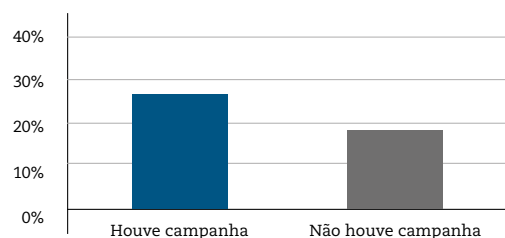


Gráfico 26: Campanha e abstenção, Beira

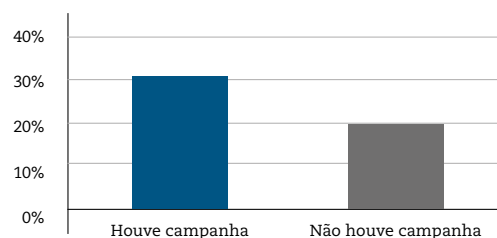


Gráfico 27: Campanha e abstenção, Manjacaze

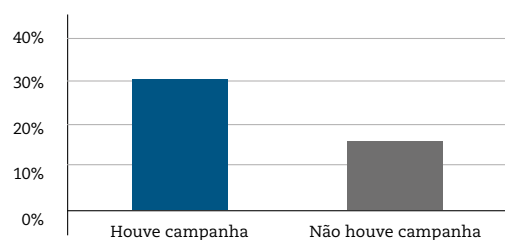
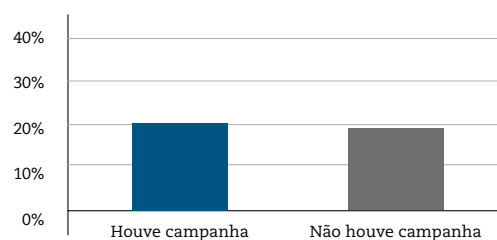


Gráfico 28: Campanha e abstenção, Murrupula



Isto significa que o número de inquiridos abstencionistas que não foram expostos a actividades de campanha eleitoral foi muito baixo (51 de 585) e que, portanto, a sua significância estatística é praticamente nula.

Porém, um olhar mais atento aos resultados mostra que o padrão em Manjacaze (Gráfico 27) é mais pronunciado que nos restantes locais. Por outro lado, foi também em Manjacaze onde se registou a maior percentagem de inquiridos que declararam não ter havido campanha (9%). Serão estes dois elementos suficientes para justificar o aprofundamento da questão? De qualquer forma, considerando os fracos efectivos dos inquiridos abstencionistas que declararam não ter havido campanha, parece ser razoável não considerar esta distribuição significativa.

Politização e abstenção

A relação entre o grau de politização dos inquiridos e a abstenção é aqui analisada com recurso a diferentes indicadores: o interesse declarado pela política, o conhecimento de figuras políticas de nível nacional, a avaliação da qualidade dos resultados eleitorais, a opinião sobre os partidos da oposição, sobre os políticos em geral, sobre o efeito do voto e sobre o governo provincial.

Como seria de esperar, o Gráfico 29 mostra que à medida que o interesse declarado pela política diminui, a abstenção cresce.

Esta tendência é claramente confirmada pelos inquiridos na cidade da Beira (Gráfico 30). No entanto, mais uma vez o distrito de Manjacaze se destaca apresentando resultados contraintuitivos, com uma taxa de abstenção superior para o grupo dos que disseram interessar-se um pouco pela política, em relação tanto aos que se dizem interessados pela política como os que dizem não se interessar nada (Gráfico 31). Neste caso, a inconsistência dos resultados não pode ser atribuída a problemas de efectivos nos diferentes grupos, pois em todos os três locais estudados se registou uma distribuição relativamente equilibrada dos inquiridos pelos três tipos de opinião.

Os resultados de Murrupula (Gráfico 32) apresentam um padrão próximo da média e, apesar de se observar um equilíbrio na abstenção entre os que se interessam um pouco e os que não se interessam nada, é evidente que os que se interessam pela política têm uma taxa de abstenção menor.

Gráfico 29: Interesse pela política e abstenção

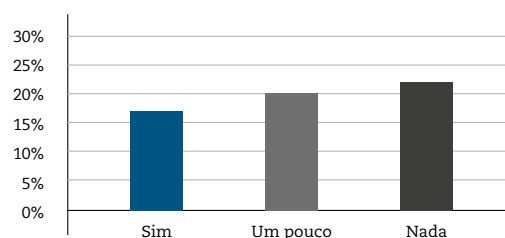


Gráfico 30: Interesse pela política e abstenção, Beira

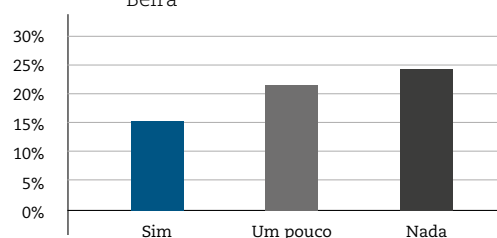


Gráfico 31: Interesse pela política e abstenção, Manjacaze

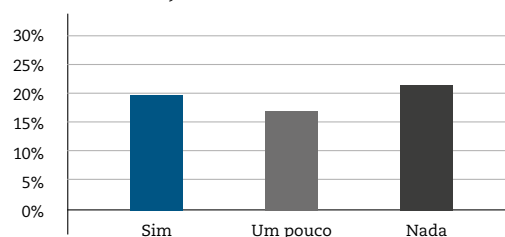
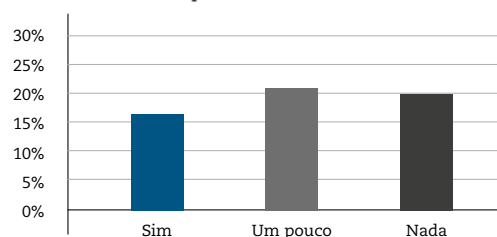


Gráfico 32: Interesse pela política e abstenção, Murrupula



3

Tal como o interesse pela política, o conhecimento de figuras políticas nacionais é um indicador de politização. Assim, espera-se que quanto maior for o conhecimento dessas figuras, menor será a abstenção. É exactamente isso que o Gráfico 33 mostra: 22% dos que conhecem menos as figuras políticas abstiveram-se, contra 16% dos que mostraram um conhecimento médio e 13% dos que revelaram um bom conhecimento.

Gráfico 33: Conhecimento de figuras políticas e abstenção

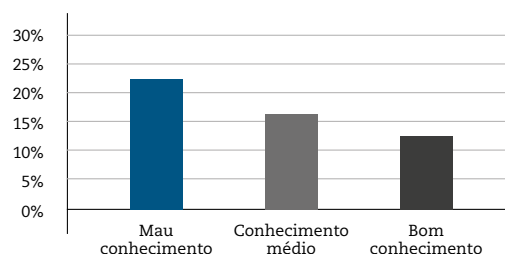


Gráfico 34: Conhecimento de figuras políticas e abstenção, Beira

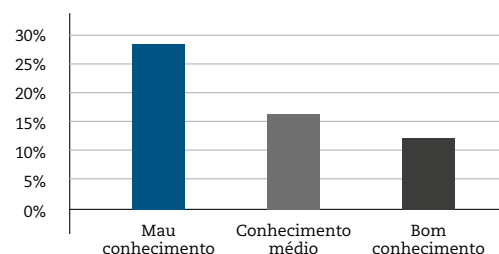


Gráfico 35: Conhecimento de figuras políticas e abstenção, Manjacaze

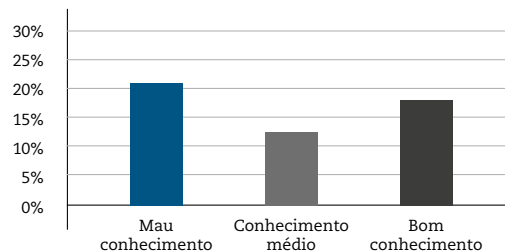
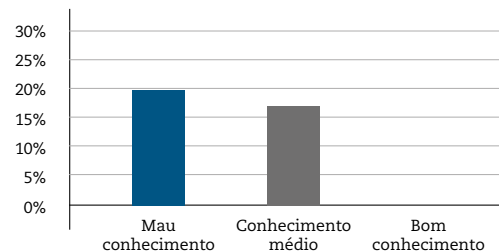


Gráfico 36: Conhecimento de figuras políticas e abstenção, Murrupula



Também na Beira (Gráfico 34) se observa o mesmo padrão geral, com uma nítida taxa de abstenção superior entre os que demonstraram menor conhecimento das personalidades políticas nacionais (28%) e apenas 17% para os detentores de um conhecimento médio e 13% para os que têm um bom conhecimento.

Os dados do distrito de Manjacaze (Gráfico 35) saem fora do padrão geral, mas isso é provavelmente devido aos fracos efectivos nas categorias de conhecimento médio e bom conhecimento. Com efeito, a grande maioria dos inquiridos em Manjacaze demonstrou ter um fraco conhecimento das personalidades políticas e foram muito poucos os que demonstraram um conhecimento médio, ou bom.

Aplica-se a Murrupula (Gráfico 36) o que acaba de ser dito em relação a Manjacaze. O conhecimento político é de tal maneira escasso no seio dos inquiridos que nenhum demonstrou ter um bom conhecimento. É por essa razão que não aparece no gráfico nenhuma percentagem para essa categoria.

O nível de confiança nos órgãos de gestão eleitoral, traduzido na avaliação das eleições, era um outro factor que poderia influenciar a abstenção. O Gráfico 37 mostra que existe neste aspecto uma relação clara: quanto pior é a avaliação das eleições, maior é a abstenção.

Em relação à cidade da Beira podemos ver que se a abstenção foi apenas de 16% entre os inquiridos que manifestaram uma avaliação muito boa das eleições, pelo contrário, para os que fizeram uma avaliação má a taxa de abstenção sobe para 26% (Gráfico 38).

Gráfico 37: Avaliação das eleições e abstenção

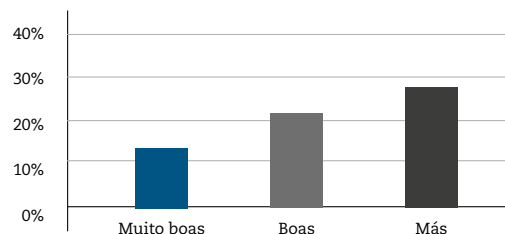


Gráfico 38: Avaliação das eleições e abstenção, Beira

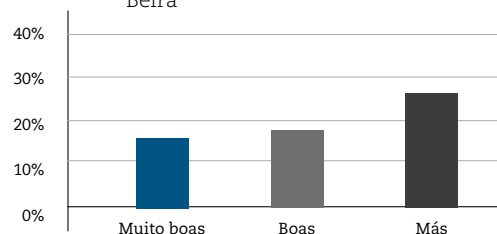


Gráfico 39: Avaliação das eleições e abstenção, Manjacaze

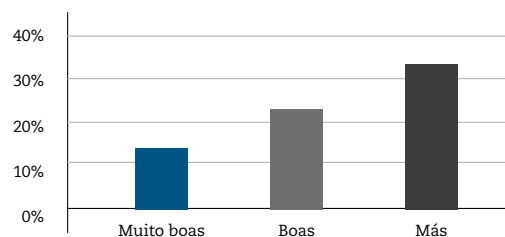
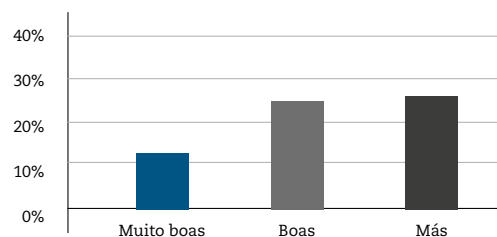


Gráfico 40: Avaliação das eleições e abstenção, Murrupula



A mesma tendência é observada no distrito de Manjacaze (Gráfico 39). Também aqui temos uma abstenção de 14% no seio dos que têm uma avaliação muito boa das eleições, valor que sobe para 33% no seio dos que têm uma má avaliação.

Em Murrupula (Gráfico 40), o argumento continua válido. Também neste caso a abstenção passa de 13%, entre os que têm uma avaliação muito boa do processo eleitoral, para 26% no caso dos que exprimem uma má avaliação. A única particularidade, mas que não afecta o essencial do raciocínio, é que a taxa de abstenção dos que consideraram as eleições boas (25%) é praticamente idêntica aos que as consideraram más.

3

Procurámos saber se a opinião sobre os partidos da oposição teria alguma relação - e de que tipo - com a abstenção.⁸ Como se pode ver no Gráfico 41, há uma clara tendência para uma taxa de abstenção superior entre os que se manifestaram indiferentes, ou discordaram da afirmação, em relação aos que expressaram a sua concordância com ela.

O padrão geral observado e acima descrito é o mesmo que se manifesta na Beira (Gráfico 42).

Gráfico 41: Opinião sobre os políticos e abstenção

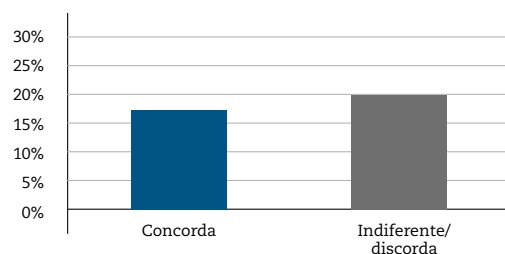


Gráfico 42: Opinião sobre partidos de oposição e abstenção, Beira

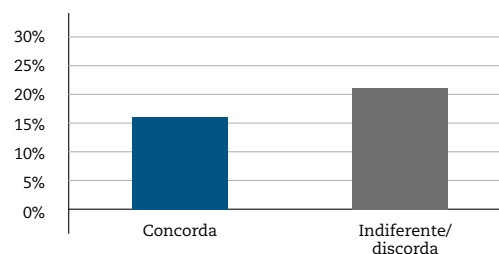


Gráfico 43: Opinião sobre os políticos e abstenção, Manjacaze

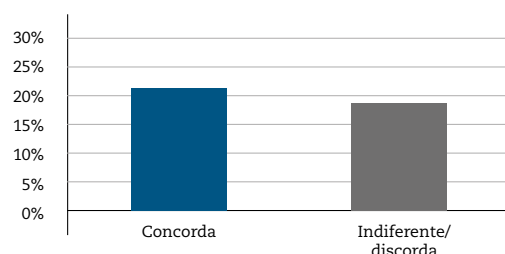
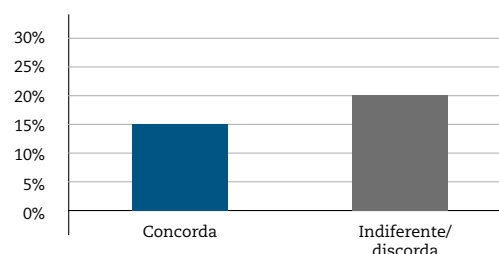


Gráfico 44: Opinião sobre os políticos e abstenção, Murrupula



Curiosamente, os dados referentes a Manjacaze (Gráfico 43) apresentam uma tendência inversa, ou seja, a taxa de abstenção (21%) dos que concordaram com a afirmação proposta foi ligeiramente superior à dos que discordaram, ou se mostraram indiferentes (19%).

Já em relação aos distritos de Murrupula (Gráfico 44), a tendência volta a ser a de acompanhar o padrão geral identificado: uma taxa de abstenção superior (21%) entre os indiferentes, ou discordantes, e uma taxa de abstenção inferior (15%) para os que concordaram com a afirmação.

⁸ A pergunta consistia em pedir aos inquiridos para dizerem até que ponto concordavam, ou discordavam, com a frase: “Os partidos da oposição só servem para dividir as pessoas”.

Assim como a opinião sobre os partidos da oposição indica de alguma maneira a propensão para a abstenção, o mesmo acontece com a opinião sobre os políticos.⁹

O Gráfico 45 revela que os cidadãos que concordaram com a afirmação segundo a qual os políticos ignoram as preocupações da população são os que mais se abstêm (23%), em comparação com os que se mostraram indiferentes, ou que discordaram (17%).

Na Beira (Gráfico 46), a diferença observada entre os dois grupos é muito modesta: 21% de abstencionistas entre os que concordaram e 19% entre os que se manifestaram indiferentes, ou discordaram.

Gráfico 45: Opinião sobre os políticos e abstenção

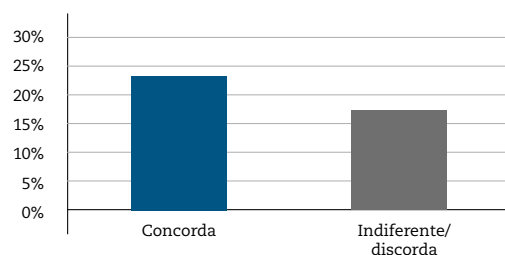


Gráfico 46: Opinião sobre os políticos e abstenção, Beira

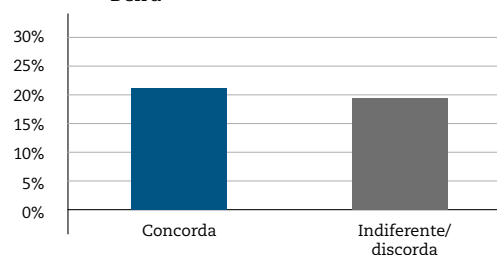


Gráfico 47: Opinião sobre os políticos e abstenção, Manjacaze

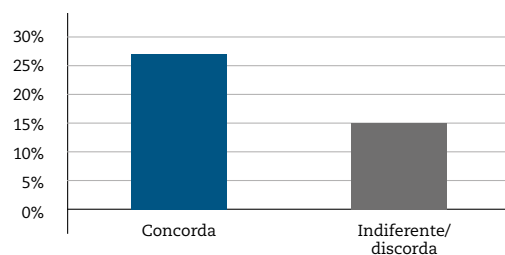
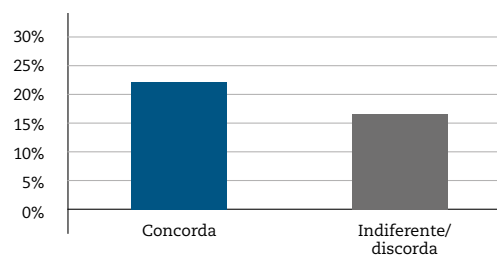


Gráfico 48: Opinião sobre os políticos e abstenção, Murrupula



É interessante notar que em Manjacaze (Gráfico 47), uma zona de influência privilegiada do partido no poder, os dados são muito mais contrastados do que aparece na tendência global: os que concordaram revelam uma taxa de abstenção de 27%, o que é muito superior aos 15% dos que discordaram, ou se manifestaram indiferentes.

A diferença entre os dois grupos é menos marcada em Murrupula (Gráfico 48), embora siga o padrão geral: 22% de abstenção para os que concordaram com a afirmação e 17% para os outros.

⁹ A pergunta consistia em pedir aos inquiridos para dizerem até que ponto concordavam, ou discordavam, com a frase: "Os políticos não se preocupam com os problemas da população".

3

O acto do voto é um dos aspectos essenciais da vida democrática. O que se espera da governação saída do voto dos cidadãos é que ela responda às preocupações destes últimos. Quando o sentimento dominante no seio de alguns grupos é que tal não acontece, a tendência é considerar que o voto é inútil e, por conseguinte, o efeito disso é uma maior tendência para um comportamento abstencionista. Para avaliarmos até que ponto esta análise seria válida no contexto moçambicano, o questionário incluiu essa dimensão.¹⁰

Como se pode ver no Gráfico 49, há uma diferença nítida de comportamento em relação à participação na votação, em função da opinião expressa sobre a utilidade do voto. A abstenção é duas vezes mais importante no grupo dos que apoiam a ideia segundo a qual o voto não tem influência na vida das pessoas (30%), do que no grupo que discorda dessa opinião, ou lhe é indiferente (16%).

Este padrão é igualmente observado nos três locais do estudo (Gráficos 50, 51 e 52) e até é mais pronunciado em Manjacaze, onde os valores registados foram de 35% para os que concordaram e 14% para os que se mostraram indiferentes, ou discordaram.

Gráfico 49: Opinião sobre o voto e abstenção

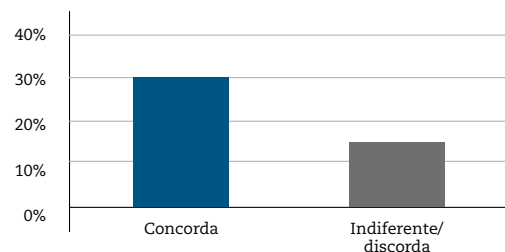


Gráfico 50: Opinião sobre governo provincial e abstenção, Beira

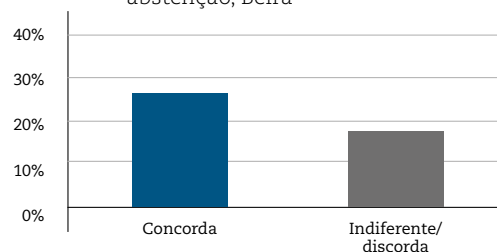


Gráfico 51: Opinião sobre o voto e abstenção, Manjacaze

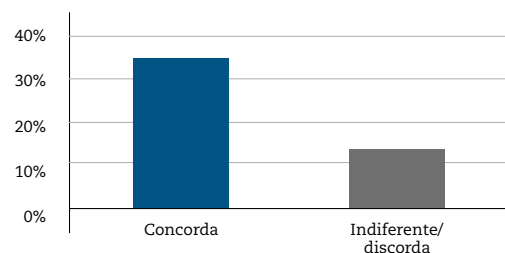
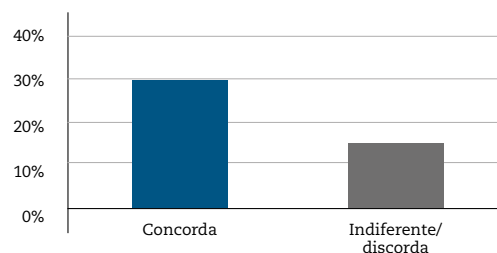


Gráfico 52: Opinião sobre o voto e abstenção, Murrupula



¹⁰ A pergunta consistia em pedir aos inquiridos para dizerem até que ponto concordavam, ou discordavam, com a frase: “O voto não muda nada na vida das pessoas”.

No momento em que se preparava o inquérito, havia um grande debate público sobre a reivindicação da Renamo de governar as províncias onde tinha obtido a maioria dos votos. Dado o interesse da questão e para avaliar a posição dos cidadãos em relação a esse princípio e também se uma posição diferente sobre a temática corresponderia a uma maior, ou menor, participação eleitoral, foi incluída no questionário uma questão específica sobre o assunto.¹¹

Em termos gerais (Gráfico 53), constata-se que há mais abstencionistas entre os que concordaram com a afirmação (25%) que entre os que discordaram, ou se revelaram indiferentes (18%).

Ao contrário do que se verifica nos outros dois locais da pesquisa, na Beira (Gráfico 54), o facto de ser abstencionista, ou não, é totalmente irrelevante em relação à posição sobre a questão do partido mais votado assumir a governação provincial: há cerca de 20% de abstencionistas nos dois grupos (os que concordaram com a afirmação e os que discordaram dela, ou foram indiferentes).

Gráfico 53: Opinião sobre governo provincial e abstenção

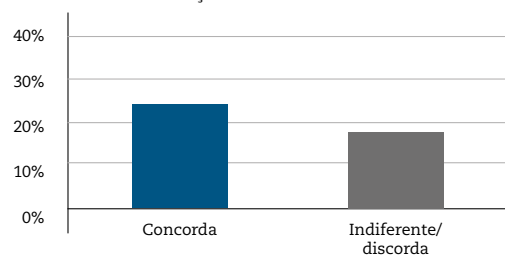


Gráfico 54: Opinião sobre governo provincial e abstenção, Beira

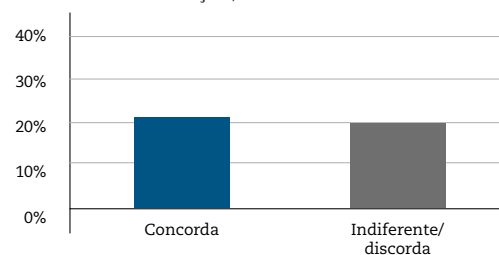


Gráfico 55: Opinião sobre governo provincial e abstenção, Manjacaze

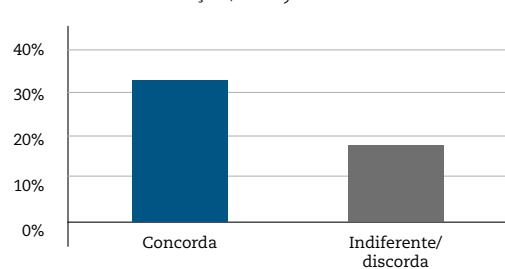
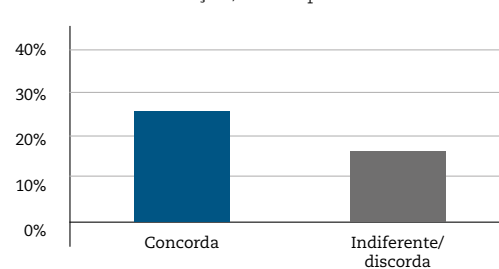


Gráfico 56: Opinião sobre governo provincial e abstenção, Murrupula



¹¹ A pergunta consistia em pedir aos inquiridos para dizerem até que ponto concordavam, ou discordavam, com a frase: "O partido que ganhou numa província deve governar nessa província".

3

É interessante registar que é em Manjacaze (Gráfico 55) onde se regista uma maior diferença da relação entre a abstenção e as opiniões expressas. Assim, enquanto apenas se regista 18% de abstencionistas no grupo de inquiridos que se manifestou discordante, ou indiferente, à questão do governo provincial, no grupo que concordou com a afirmação a percentagem de abstencionistas é significativamente mais elevada, atingindo os 33%.

A situação é ligeiramente diferente em Murrupula (Gráfico 56). Com efeito, embora a tendência seja a mesma que se observa em Manjacaze, ela é bastante menos pronunciada.

Neste caso, temos 25% de abstencionistas entre os que concordam que o governo provincial deve ser controlado pelo partido mais votado na respectiva província (o que é nitidamente inferior aos 33% de Manjacaze) e temos 16% de abstencionistas no outro grupo.

A questão que estes resultados suscitam é a seguinte: por que razão os abstencionistas de Manjacaze são mais marcadamente em favor do princípio segundo o qual a governação da província deve ser atribuída ao partido vencedor nessa província? Uma resposta possível que se nos afigura é que, tratando-se de uma reivindicação forte da Renamo, essa concordância traduz uma proximidade em relação a este partido, ou pelo menos, à oposição; mas, alternativamente, também pode ser simplesmente o reflexo da ideia, baseada na experiência local, que a sua província deve, naturalmente, ser governada pela Frelimo, que é aí o partido vencedor.

Acesso a serviços e abstenção

Durante as primeiras fases da pesquisa qualitativa deste projecto, a questão dos serviços públicos, especialmente os básicos, apareceu como sendo um elemento de relevo no discurso de descontentamento dos cidadãos. Vemos em seguida o que mostrou o inquérito sobre este assunto.

Em consonância com a informação recolhida através de entrevistas e discussões de grupos, o Gráfico 57 mostra que há uma percentagem mais importante de abstencionistas entre os inquiridos que disseram não ter acesso à escola (23%), que entre aqueles que têm acesso (20%). Mas há diferenças nos três locais de pesquisa.

O Gráfico 58 mostra que na Beira a percentagem de abstencionistas (20%) é praticamente idêntica nos dois grupos considerados (os que têm e os que não têm acesso à escola). Portanto, pode-se excluir neste caso a hipótese de que o acesso à escola poderia influenciar o comportamento abstencionista dos eleitores.

Gráfico 57: Acesso à escola e abstenção

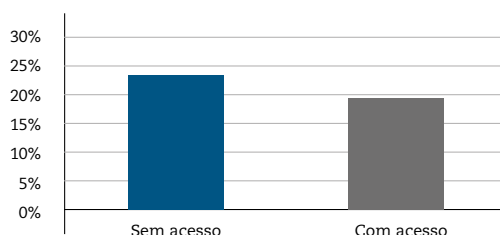


Gráfico 58: Acesso à escola e abstenção, Beira

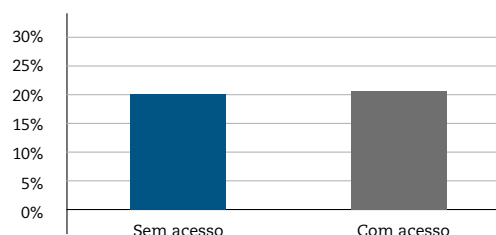


Gráfico 59: Acesso à escola e abstenção, Manjacaze

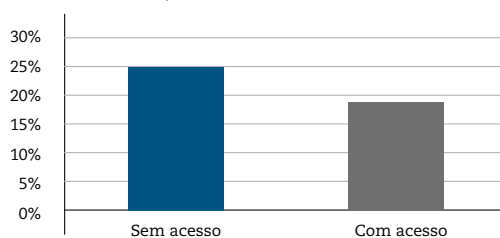
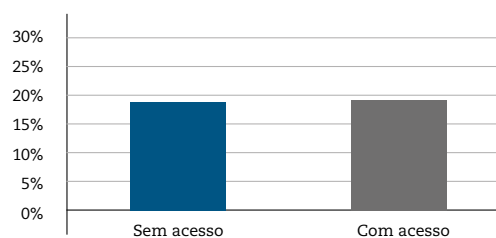


Gráfico 60: Acesso à escola e abstenção, Murrupula



Já os resultados obtidos em Manjacaze (Gráfico 59) revelam uma tendência diferente, pois a percentagem de abstencionistas no grupo dos que não têm acesso à escola (25%) é superior à que se regista no caso dos que têm acesso (19%).

Por seu lado, Murrupula (Gráfico 60) apresenta um padrão semelhante ao observado na Beira, ou seja, a questão do acesso à escola parece ser irrelevante, quando se trata de distinguir os abstencionistas dos não abstencionistas.

3

Um outro serviço básico para a população é o que diz respeito à saúde. Ora, à primeira vista, o acesso a postos de saúde, centros de saúde e hospitais parece não ter grande relevância do ponto de vista do comportamento abstencionista (Gráfico 61).

Na verdade, a análise dos dados por local de estudo mostra que há duas situações contraditórias. Na Beira e, ainda mais notoriamente, em Manjacaze a parte de abstencionistas é mais elevada no grupo que não tem acesso à saúde. Na Beira (Gráficos 62), os abstencionistas são 24% entre os que não têm acesso fácil a serviços de saúde e 20% entre os que têm acesso.

Gráfico 61: Acesso à saúde e abstenção

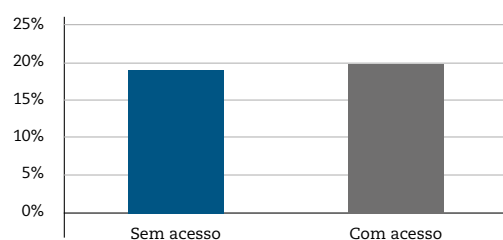


Gráfico 62: Acesso à saúde e abstenção, Beira

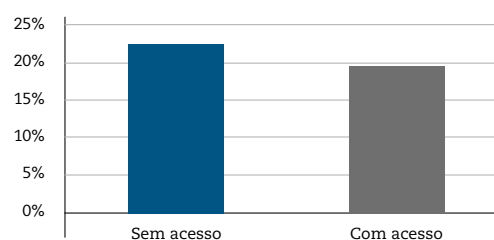


Gráfico 63: Acesso à saúde e abstenção, Manjacaze

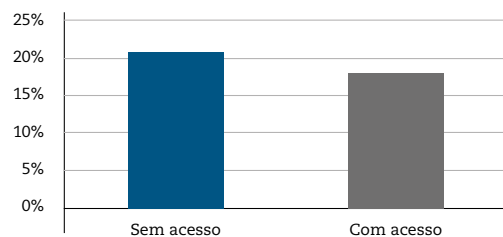
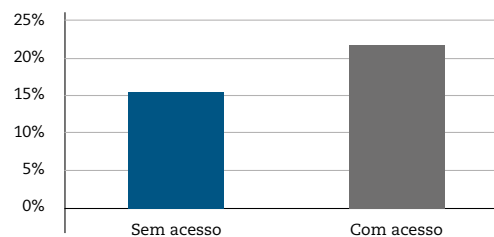


Gráfico 64: Acesso à saúde e abstenção, Murrupula



A situação em Manjacaze (Gráfico 63) é, neste aspecto, praticamente idêntica à observada na Beira, ou seja, há 21% de abstencionistas entre os que declararam não ter acesso à saúde e 18% entre os que declararam o contrário.

Os resultados apurados para o distrito de Murrupula (Gráfico 64), de forma algo surpreendente, mostram uma tendência inversa - e clara - à registada nos outros dois locais. Aqui, ao contrário do que seria de esperar, os abstencionistas destacam-se mais no grupo dos que declararam ter acesso à saúde (22%), que no grupo dos que declararam não ter acesso (16%). Uma exploração mais aprofundada dos dados será necessária para procurar explicar esta aparente contradição.

O abastecimento de água é provavelmente o serviço público básico mais importante para a população. Por isso, procurámos também verificar se haveria alguma relação entre a abstenção e o acesso à água.

Embora os resultados encontrados (Gráfico 65) se aproximem de alguma maneira do que já se tinha observado anteriormente em relação ao acesso à saúde (e, em menor escala, ao acesso à escola), neste caso parecem ser um pouco mais consistentes, pois em todos os casos existe uma maior percentagem de abstencionistas no grupo que se declara sem acesso à água, que no grupo que tem acesso à água.

No caso da Beira (Gráfico 66), a diferença entre os dois grupos é relativamente pequena, de 24% para 20%.

Gráfico 65: Acesso à água e abstenção

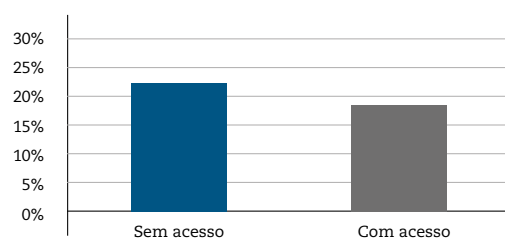


Gráfico 66: Acesso à água e abstenção, Beira

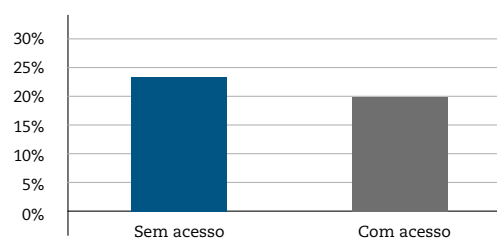


Gráfico 67: Acesso à água e abstenção, Manjacaze

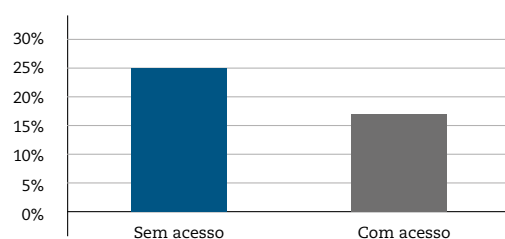
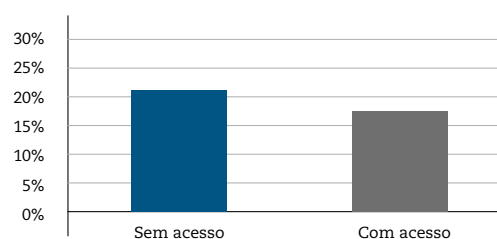


Gráfico 68: Acesso à água e abstenção, Murrupula



Em Manjacaze (Gráfico 67), a diferença é mais pronunciada: os abstencionistas representam 27% dos inquiridos que disseram não ter acesso à água, sendo apenas 17% na condição contrária.

Um pouco na linha do que já se tinha constatado anteriormente, em Murrupula, a abstenção parece ter uma fraca ligação com o acesso aos serviços públicos. Se é verdade que no caso do acesso à água (Gráfico 68) há mais abstencionistas no seio dos que não têm acesso - ao contrário do que se tinha observado para o acesso à escola e à saúde - a verdade é que a diferença é muito pequena (de 21% no grupo sem acesso e 18% no grupo com acesso).

Avaliação da governação e abstenção

Nesta sub-secção, vamos apresentar os resultados de algumas perguntas do inquérito relativas a aspectos da governação e seus efeitos, do ponto de vista dos inquiridos, e procurar ver se esses resultados nos permitem ter uma ideia sobre a sua eventual relação com a abstenção.

Em termos gerais, como se pode ver no Gráfico 69, parece haver uma relação entre o nível de abstenção e a avaliação das condições de vida da família dos inquiridos. Assim, observamos que a percentagem de abstencionistas é maior entre os que dizem que as condições de vida da família são más (22%) do que entre os que consideram que a sua família dispõe de condições de vida boas, ou razoáveis (19%). Esse mesmo padrão observa-se no caso da Beira (Gráfico 70), com 22% de abstencionistas no grupo cujas famílias terão boas condições de vida e 20% de abstencionistas provenientes de famílias com condições razoáveis, ou boas.

Gráfico 69: Condições da família e abstenção

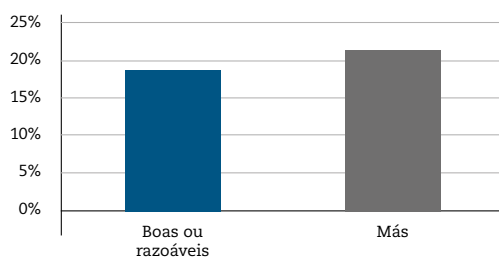


Gráfico 70: Condições da família e abstenção, Beira

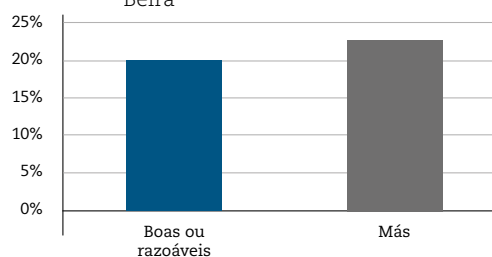


Gráfico 71: Condições da família e abstenção, Manjacaze

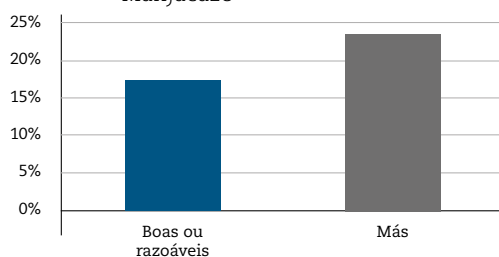
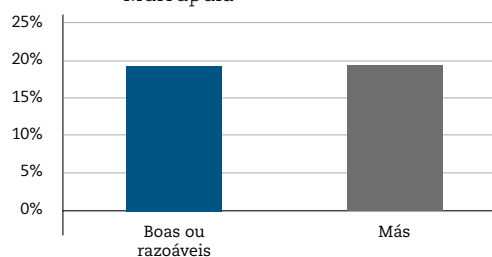


Gráfico 72: Condições da família e abstenção, Murrupula



O contraste é mais marcado no distrito de Manjacaze (Gráfico 71). Com efeito, os abstencionistas no seio das famílias com uma avaliação negativa das suas condições de vida são 24%, sendo apenas 18% no seio das famílias com boas, ou razoáveis, condições de vida.

Em relação ao distrito de Murrupula (Gráfico 72), mais uma vez registamos resultados que contrastam fortemente com a tendência geral e o que se observou tanto para o caso da Beira, como para o caso de Manjacaze. Tal como para outras questões, os resultados de Murrupula suscitam dúvidas, quanto à sinceridade das respostas dos inquiridos. Na verdade, é difícil conceber que as condições de vida familiares sejam completamente alheias à propensão, ou não, para um comportamento abstencionista. Os valores obtidos foram praticamente idênticos para os respondentes que disseram que as condições das suas famílias eram más (19,6%) e para os que disseram que as condições das suas famílias era razoáveis, ou boas (19,3%)!

Ao contrário do que sucedeu com a análise da eventual relação entre as condições de vida familiares e a abstenção, no caso da relação entre a avaliação das condições do país com a abstenção o padrão encontrado é mais consistente.

O Gráfico 73 mostra que os inquiridos que tiveram uma avaliação negativa da situação do país têm mais propensão para a abstenção (24%) que aqueles que avaliam as condições do país como razoáveis, ou boas (18%).

Gráfico 73: Avaliação do governo e abstenção

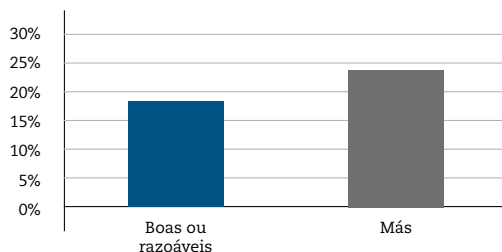


Gráfico 74: Avaliação do governo e abstenção, Beira

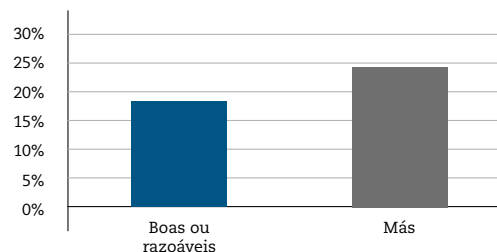


Gráfico 75: Avaliação do governo e abstenção, Manjacaze

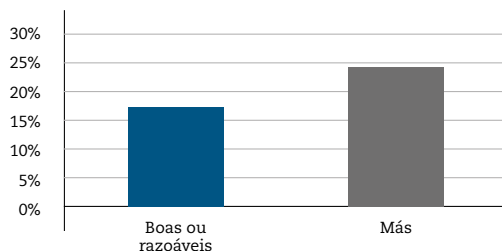
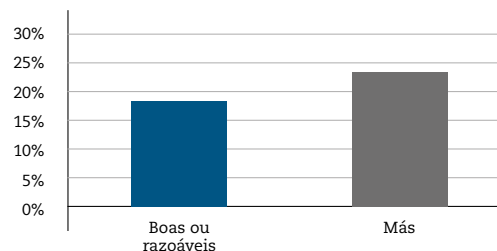


Gráfico 76: Avaliação do governo e abstenção, Murrupula



Se olharmos para os valores dos resultados dos três locais estudados (Gráficos 74 a 76), podemos verificar que eles seguem, praticamente sem desvios, o padrão geral.

Ao entrarmos em questões mais imediatamente políticas, tais como a avaliação do governo e outras que se seguem, enfrentamos maiores dificuldades de interpretação dos resultados. No entanto, apesar disso, podemos identificar algumas tendências suficientemente fortes para confirmar que existe de facto uma relação entre essas questões e a abstenção.

3

Começando com a questão da avaliação do governo no conjunto dos três locais estudados (Gráfico 77), constatamos uma progressão regular da percentagem dos abstencionistas em função dos três níveis de avaliação. Assim, quanto pior é a avaliação do governo, maior é a percentagem de abstencionistas: avaliação boa, 15%; avaliação razoável, 20%; avaliação má, 25%.

O Gráfico 78, referente à Beira, apresenta uma configuração um pouco diferente, mas a tendência de base é a mesma, ou seja, enquanto o valor dos abstencionistas é de 19% no grupo que avalia o desempenho do governo como bom e de 26% no grupo que tem uma má avaliação do desempenho do governo. Na posição do grupo que considera a governação razoável, a percentagem de abstencionistas é a mais baixa: 17%.

Gráfico 77: Avaliação do governo e abstenção

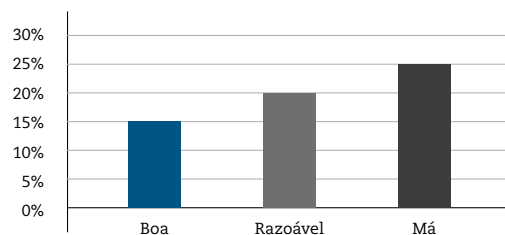


Gráfico 78: Avaliação do governo e abstenção, Beira

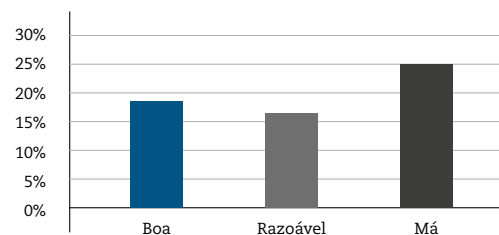


Gráfico 79: Avaliação do governo e abstenção, Manjacaze

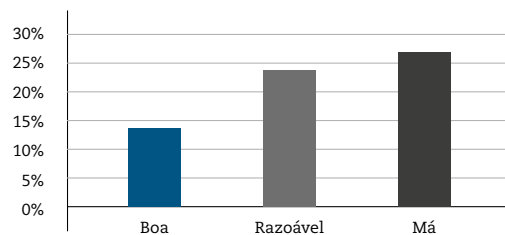
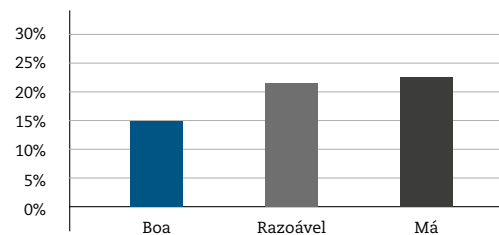


Gráfico 80: Avaliação do governo e abstenção, Murrupula



Em Manjacaze (Gráfico 79), também observamos um contraste entre um grande número de abstencionistas entre os que consideram a governação má (27%) e os que a consideram boa (13%), sendo os que a consideram razoável 24%.

Por seu lado, os dados de Murrupula (Gráfico 80), embora de forma um pouco menos pronunciada, seguem exactamente o mesmo padrão observado para os dados globais. Temos, assim, 16% de abstencionistas entre os inquiridos que fazem uma má avaliação do governo, 22% de abstencionistas entre os que fazem uma avaliação razoável da acção governativa e, finalmente, 23% de abstencionistas entre os que expressam uma má avaliação da governação.

Para além de terem sido questionados sobre a sua avaliação em relação ao desempenho do governo, os inquiridos foram também questionados sobre a perspectiva de uma mudança do partido no governo.¹²

¹² A formulação da frase sobre a qual se pedia a reacção dos inquiridos era a seguinte: “Algumas pessoas pensam que para a situação melhorar é preciso mudar o partido no governo”.

A tendência geral, que pode ser lida nos resultados apresentados pelo Gráfico 81, mostra que é entre aqueles que pensam que seria necessário mudar de partido no governo para a governação melhorar que se encontram mais abstencionistas (27%); o segundo contingente mais importante encontra-se nos que se declararam indiferentes (22%); finalmente, é entre os que discordaram da ideia que seria necessário mudar de partido para a governação melhorar que se encontra o menor contingente de abstencionistas (15%).

Gráfico 81: Mudança do partido no governo e abstenção

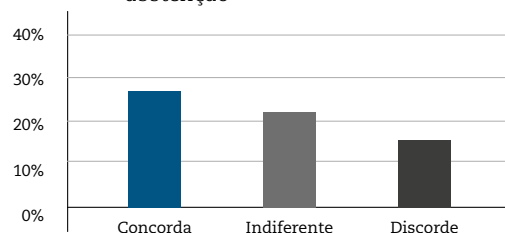


Gráfico 82: Mudança do partido no governo e abstenção, Beira

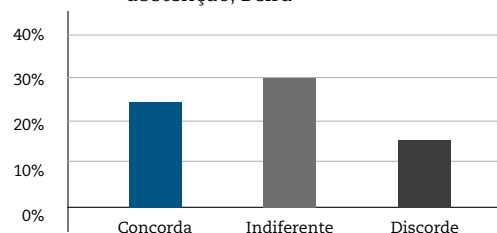


Gráfico 83: Mudança do partido no governo e abstenção, Manjacaze

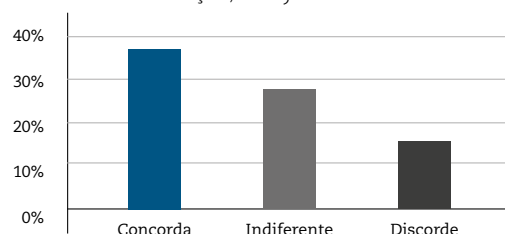
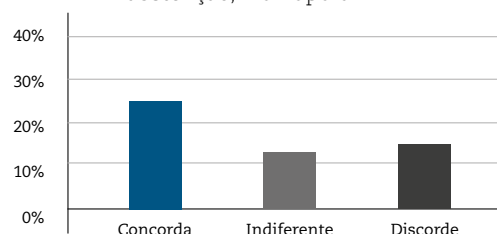


Gráfico 84: Mudança do partido no governo e abstenção, Murrupula



Um dos aspectos interessantes em relação aos resultados da cidade da Beira (Gráfico 82) é que a categoria dos indiferentes em relação à necessidade, ou não, de mudança do partido no governo é aquela que acolhe a percentagem mais alta de abstencionistas (29%). Segue-se o grupo dos que concordaram com a afirmação proposta ao comentário, com 24% de abstencionistas e, por fim, o grupo dos que discordaram, com uma percentagem de abstencionistas que se limita a 15%.

No que diz respeito ao distrito de Manjacaze (Gráfico 83), também são os que concordaram com a necessidade de mudar de partido no governo que incluem o maior número de abstencionistas (38%), o que é um resultado de tal maneira elevado, que merece reflexão. Em pleno território de hegemonia do partido no poder, parece evidente que a abstenção é um refúgio para os simpatizantes da oposição. Finalmente, o distrito de Murrupula (Gráfico 84) apresenta valores próximos dos valores médios globais, com excepção do grupo dos indiferentes, que regista um contingente de abstencionistas (13%) inferior à média. Tanto o grupo dos que concordaram, como o dos que discordaram da afirmação proposta a comentário apresentam valores praticamente coincidentes com a média dos três locais estudados, nomeadamente, 26% e 15%, respectivamente.

Conclusão

Os resultados do inquérito sobre a abstenção nas eleições de 2014 permitem-nos definir em traços gerais o perfil dos abstencionistas. Em termos sociodemográficos, o primeiro aspecto a salientar é que a abstenção diz respeito particularmente às mulheres e o segundo é que ela afecta principalmente os cidadãos mais jovens. Do ponto de vista sociológico, quem mais se abstém são os cidadãos menos educados e que se situam, em termos ocupacionais, nas margens da economia formal, com destaque para os trabalhadores do sector informal e desempregados, seguidos dos camponeses e agricultores. Em consonância com estes factores, observa-se que quanto piores são as condições de vida das famílias, maior é a tendência para a abstenção.

Foi possível por outro lado, identificar uma ligeira tendência de dois factores relativos ao processo de gestão eleitoral influenciarem a abstenção, nomeadamente: problemas com o recenseamento e grande distância das mesas de voto.

O desinteresse pela política, assim como o desinteresse e a falta de informação, ou a desconfiança em relação aos políticos e a ideia de que o voto não tem nenhum efeito são igualmente factores que propiciam a abstenção.

De acordo com os resultados, uma outra dimensão que contribui para a abstenção, embora com um peso relativamente pequeno, é o problema do acesso aos serviços básicos, especialmente à água. Podemos considerar como hipótese explicativa que a educação ainda não é vista como um bem essencial (nem como uma garantia de melhoria do estatuto social) e que a falta de acesso a serviços de saúde pode ser, pelo menos parcialmente, substituída pelo acesso a práticas e recursos tradicionais, ao contrário da água, que é essencial e para a qual as alternativas tradicionais são, em geral, altamente custosas em tempo e trabalho.

Finalmente, os dados apresentados ao longo do relatório permitem ainda concluir que existe uma relação entre a insatisfação com o desempenho do governo e a abstenção.

Instituto de Estudos Sociais e Económicos
Av. Tomás Nduda 1375
Maputo, Moçambique

www.iese.ac.mz